



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638526 - SC (2021/0001037-4)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : LEANDRO BERNARDI  
**ADVOGADO** : LEANDRO BERNARDI - SC010269  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CLEITON JUNIO RAHMEIER KUNTZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEITON JUNIO RAHMEIER KUNTZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (N. 5042422-61.2020.8.24.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e 16, § 1º, IV, da Lei n. 10.826/03.

O impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva e a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão que decretou a prisão preventiva se fundamentou nos elementos constantes dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente